

SINDICATO ENFRENTA A PRESSÃO DOS PATRÕES PARA A RETIRADA DE DIREITOS

CAMPANHA SALARIAL DOS VIGILANTES DE MINAS GERAIS 2024

**Trabalho
Valorizado**



As reuniões de negociação nesta atual fase da Campanha Salarial 2024 estão a todo o vapor.

O Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais segue firme na defesa da pauta de reivindicações, consolidada após as dezenas de assembleias, realizadas para conhecer as demandas dos trabalhadores e trabalhadoras de todo o estado.

No entanto, os patrões pressionam para que a categoria abra mão de direitos já conquistados.

(Leia mais na **PÁGINA 3**)

RECESSOS DE FIM DE ANO

SINDICATO

A sede do Sindicato estará fechada, devido ao recesso, a partir das 12h de 21 de dezembro e retorna no dia 2 de janeiro de 2024.

CLUBE

O Clube dos Vigilantes estará fechado a partir de 18 de dezembro e reabre para os frequentadores no dia 4 de janeiro de 2024

FUTEBOL

No sábado, dia 9 de dezembro acontece a última Pelada dos Vigilantes de 2023. O retorno será informado assim que for definido.

LIVE SEMANAL

A última edição do programa Voz do Vigilante MG de 2023 será no dia 19 de dezembro e retorna na terça, 16 de janeiro de 2024.



Avança a contratação de vigilantes para a proteção das escolas. (**PÁGINA 2**)



Como está a situação da regulamentação da Aposentadoria Especial. (**PÁGINA 2**)



Ex-trabalhadores da Plantão no TJMG rejeitam proposta da empresa. (**PÁGINA 4**)



ESCOLA SEGURA É ESCOLA COM VIGILANTE: CERCA DE 1,5 MIL VAGAS JÁ FORAM ABERTAS EM MG

Em resposta à crescente violência nas escolas do País, o Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais vem atuando para incentivar a contratação de vigilantes para garantir um ambiente escolar mais protegido.

Isso se tornou ainda mais urgente depois do ataque a uma escola em Poços de Caldas, em outubro, que resultou em uma morte e deixou três estudantes feridos. Com a presença de vigilantes, a expectativa é que tais eventos possam ser prevenidos ou, ao menos, minimizados.

Municípios como Divinópolis, Ipatinga, Itatiaiuçu, São Gonçalo do Rio Abaixo, dentre outros, já implementaram iniciativas neste sentido. Outras cidades, como Betim, têm projetos aguardando o fim dos trâmites para que sejam implementados.



Na esteira dessas iniciativas, mais de 1.500 vagas para vigilantes já foram abertas em Minas, uma resposta concreta às demandas de segurança nas instituições de ensino.

Desde 2019, com o fim do contrato - cancelado pelo governador Romeu Zema - e a demissão de centenas de vigilantes que atuavam nas escolas do estado, o Sindicato vem alertando sobre os perigos da falta

desses profissionais no ambiente escolar.

No início deste ano, o Sindicato aderiu à campanha *Escola Segura é Escola com Vigilante*, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Segurança Privada (CONTRASP). O objetivo é conscientizar as autoridades e a sociedade de que o vigilante patrimonial é o profissional treinado e capacitado para a promoção de um ambiente

escolar seguro. Essa ação visa não apenas garantir a segurança, mas também prevenir a vigilância clandestina, que representa riscos adicionais.

INICIATIVAS - Em âmbito nacional, a Câmara dos Deputados aprovou, em novembro, um Projeto de Lei (PL) que torna obrigatória a presença de serviços de segurança armada em escolas da educação básica, tanto públicas quanto

privadas.

Ainda em Minas Gerais, o PL 3595/22, que trata da implantação de segurança armada nas escolas estaduais, avança com dois pareceres favoráveis e um contrário e segue em tramitação na Assembleia Legislativa do estado.

Como parte de suas ações proativas, em maio, o Sindicato enviou notificação à Associação Mineira de Municípios, visando orientar sobre a contratação de vigilantes por meio de empresas devidamente regulares e registradas na Polícia Federal.

Esses avanços representam uma resposta vigorosa ao desafio da segurança nas escolas, além de reforçar o comprometimento do Sindicato em incentivar a abertura de postos de trabalho para vigilantes em Minas Gerais.

APOSENTADORIA ESPECIAL: NOVIDADES E PERSPECTIVAS PARA 2024

A Reforma da Previdência de 2019 retirou direitos e dificultou o acesso, especialmente dos vigilantes, à aposentadoria especial. Desde então, os profissionais da segurança privada aguardam avanços na regulamentação dessa modalidade de aposentadoria.

Finalmente, no dia 21 de novembro, um passo significativo foi dado. A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados apresentou relatório com parecer sobre o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 42/2023, que altera as regras para concessão de aposentadoria especial aos profissionais que atuam em condições prejudiciais à saúde. O processo segue em tramitação, já que outras comissões ainda precisam se manifestar para que o projeto seja votado.

O relatório destaca os principais pontos dos projetos de lei em tra-

mitação sobre o tema no Congresso (PLPs 245/19, 174/23 e 231/23), na forma de substitutivo, buscando reunir as ideias contidas nessas iniciativas e aprimorar as propostas.

No âmbito judicial, caso este PLP 42 seja aprovado e entre em vigor, pode perder relevância o debate sobre a aposentadoria especial dos vigilantes (Tema 1209) no Supremo Tribunal Federal, uma vez que o Congresso já teria tomado decisão sobre o assunto. Isso é positivo, pois debates judiciais frequentemente atrasam os processos.

O QUE PROPÕE O PLP 42? - Este projeto vem para corrigir algumas injustiças em vigor desde a Reforma de 2019. Uma das mudanças propostas é acabar com a exigência de idade mínima fixa para a aposentadoria especial, levando

em consideração à natureza arriscada do trabalho dos vigilantes.

Outro ponto relevante é a simplificação da contagem de pontos para essa aposentadoria. Atualmente, é necessário alcançar 86 pontos, somando idade e tempo de trabalho. Contudo, se o PLP 42 for aprovado, esse requisito pode cair para 72 pontos, tornando mais acessível a conquista desse benefício.

O projeto também aborda a dificuldade de comprovação de atividades especiais quando a empresa não existe mais. Propõe alternativas para que os trabalhadores consigam provar os riscos aos quais foram expostos.

IMPACTOS - Caso o PLP 42/2023 seja aprovado, trará benefícios para quem já se aposentou após 2019. Se na época da aposentadoria a idade mínima era um obs-

táculo, a pessoa poderá solicitar uma revisão e, assim, ter direito à aposentadoria especial.

Para quem ainda não se aposentou, as mudanças propostas pelo PLP 42 podem trazer regras mais justas, considerando os desafios e riscos enfrentados pelos vigilantes em seu trabalho cotidiano.

2024 É A HORA DE AGIR - O próximo ano é crucial! A categoria dos vigilantes está diante de uma oportunidade única de conquistar seus direitos previdenciários. A mobilização dos profissionais da segurança é fundamental para pressionar os parlamentares para considerarem como urgentes os temas relacionados à aposentadoria especial dos vigilantes. O objetivo é garantir que as mudanças se tornem realidade e beneficiem quem realmente merece.

CAMPANHA SALARIAL NA FASE DE NEGOCIAÇÕES



Assembleia com os trabalhadores da região de Teófilo Otoni contou com presença maciça para a coleta de sugestões e para a aprovação da pauta de reivindicações para o ano de 2024

A Campanha Salarial 2024 começou com uma ampla agenda de assembleias. Mais de 20 encontros foram realizados para colher a opinião de toda a categoria, com a participação ativa dos(as) trabalhadores(as) de várias regiões de Minas Gerais, desde 22 de setembro até 18 de outubro.

A partir disso, o Sindicato trabalhou para reunir as propostas sugeridas pelos(as) trabalhadores(as), com a participação de sindicatos regionais, como os de Ube-

raba e Montes Claros.

Após consolidar uma pauta de reivindicações única, o documento foi entregue para o sindicato patronal no dia 25 de outubro.

É importante destacar algo inédito que aconteceu esse ano: o patronato se adiantou e apresentou a proposta das empresas antes de receberem a pauta dos trabalhadores.

No documento, os patrões deram sinais claros de que pretendem endurecer - e muito - as negociações, numa ânsia para

retirar direitos e benefícios duramente conquistados.

Posteriormente, nas reuniões de negociação entre o patronato e o Sindicato, isso ficou ainda mais claro: querem discutir apenas a pauta das empresas e tentam desconsiderar as propostas dos(as) trabalhadores(as).

INFORME-SE - Daqui em diante, infelizmente, acontece uma verdadeira guerra de informações.

Portanto, é muito importante que trabalhadores e trabalhadoras estejam

PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DA CAMPANHA SALARIAL 2024

- ✓ 100% do INPC acumulado no ano
- ✓ 5% de produtividade
- ✓ 5% de ganho real
- ✓ 30 tíquetes por mês no valor de R\$ 42
- ✓ Planos de saúde e odontológico grátis para dependentes
- ✓ Fim da modalidade de contrato intermitente
- ✓ Fim do contrato por tempo parcial com redução de salário
- ✓ Cesta básica de Natal e aniversário
- ✓ Plano de saúde nacional para escolha armada
- ✓ Melhoria nas condições de trabalho

atentos ao que é de fato verdadeiro, para não espalhar notícias falsas, que normalmente têm o objetivo de confundir o trabalhador, gerando conflitos e, assim, impactar na união e na força da categoria.

Por esse motivo, contamos com todos os traba-

lhadores e trabalhadoras para apoiarem a entidade e acompanharem as informações pelas outras mídias do Sindicato: a live *Voz do Vigilante MG*; o site ovigilante.org.br; e as redes sociais (YouTube, Facebook e Instagram), além dos boletins via WhatsApp.

13º SALÁRIO: PAGAMENTO INTEGRAL DEVE SER REALIZADO ATÉ 10/12

O 13º salário em parcela única deve ser pago integralmente aos trabalhadores até o dia 10 de dezembro.

Para as empresas que optaram pelo pagamento em duas vezes, a 1ª parcela já deve ter sido ser quitada no dia 30 de novembro e a 2ª até 20 de dezembro.

Vale lembrar que, junto com a 2ª parcela, os trabalhadores devem receber os reflexos do adicional noturno e das horas extras. E também são feitos os descontos referentes ao INSS e Imposto de Renda.

Em caso de descumprimento, contate o Sindicato: (31) 3270-1300.



Patronato evita tratar as novas reivindicações e tenta forçar a pauta das empresas, nas negociações entre os sindicatos que representam os vigilantes de MG e a entidade patronal

DIA A DIA DA CATEGORIA



De olho no patrão!

PLANTÃO / TJMG: PROPOSTA REJEITADA

Desde que a Plantão Vigilância perdeu o contrato com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), mais de 900 trabalhadores aguardam o recebimento de seus direitos.

Em julho, houve a distribuição de documentos para o saque do FGTS e seguro-desemprego.

Posteriormente, na Justiça do Trabalho, a empresa ofereceu uma proposta

para pagamento das verbas rescisórias: 55% do valor líquido das rescisões e a integralidade da multa de 40% do FGTS.

Cumprindo sua obrigação de consultar os trabalhadores, em 23/11, foi realizada assembleia online, onde a proposta da Plantão foi rejeitada. Os votos, colhidos por meio do site do Sindicato, resultaram em 69% de rejeição e 31% de aprovação.

Em 29/11, durante Audiência de Conciliação, o Sindicato informou essa decisão soberana dos trabalhadores. Nesse encontro compareceram representantes da Plantão e do TJMG, além do presidente do Sindicato, Edilson Silva, e do advogado Antônio de Pádua Lima Neto, junto com outros sindicatos que representam a categoria nas regiões de Juiz de Fora, Montes Claros, Ube-

raba e Uberlândia.

Na ocasião, a Plantão apresentou uma nova proposta. No entanto, o Sindicato, incansável na defesa dos direitos dos trabalhadores, ressaltou a necessidade de conhecer os valores que estão retidos, incluindo os fundos na conta vinculada, faturas vencidas e a emitir. Para isso, uma força-tarefa será executada entre a Plantão e o TJMG. Essa

apuração será apresentada em nova Audiência de Conciliação, no dia 14/12.

Posteriormente, o Sindicato, munido dessas informações, irá avaliar a nova proposta da empresa e definir se será preciso nova assembleia com os trabalhadores para que decidam sobre a aceitação, ou não, da proposta. O processo seguirá na Justiça, caso não haja acordo entre as partes.

DEPTO. JURÍDICO REALIZA MAIS DE 28 MIL ATENDIMENTOS EM 2023

O ano de 2023 foi marcado pela intensa atuação do Departamento Jurídico do Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais na defesa dos direitos da categoria.

Com um total de 28.139 atendimentos, o Sindicato, comprometido com a transparência e assistência aos trabalhadores, detalha as ações realizadas ao longo do ano.

Ações Trabalhistas - Do total de atendimentos, 1.121 foram presenciais, enquanto 27.018 foram de forma remota, utilizando meios eletrônicos ou digitais para o acesso rápido e eficiente aos serviços oferecidos pelo Sindicato.

Ao todo, foram movidas 170 novas ações trabalhistas, sendo 33 coletivas e 137 individuais.

Audiências - Foram realizadas 377 audiências na Justiça do Trabalho, além de 160 mediações junto ao Ministério do Trabalho.

Homologações - Cumprindo a Convenção Coletiva, 5.628 homologações foram realizadas com suporte jurídico na Sede.

Apoio Cível - O Jurídico oferece esclarecimentos e apoio extrajudicial na área cível para associados(as). Foram 36 novas ações, 53 audiências realizadas e a elaboração de 27 contratos extrajudiciais.

SINDICATO VENCE DIVERSAS AÇÕES NA JUSTIÇA: EMPRESAS QUE DESCUMPREM A CCT DEVERÃO PAGAR MULTAS E VALORES DEVIDOS

Justiça do Trabalho dá ganho de causa ao Sindicato dos Vigilantes de MG em ações contra empresas que não cumprem a Convenção Coletiva de Trabalho.

Além de receber o que lhes é devido e reaver seus direitos, alguns trabalhadores que foram prejudicados, agora, têm valores referentes a multas para receber.

APERPHIL / ATRASO DE PAGAMENTOS

Justiça aplica multa para a Aperphil Vigilância pelos atrasos no pagamento de salário e benefícios em março de 2016.

O Sindicato já está recolhendo dados dos trabalhadores para efetuar o repasse.

Aqueles que ainda não forneceram essas informações, devem entrar em contato com o Jurídico.

ESSENCIAL / HOMOLOGAÇÕES

A Essencial Segurança, terá de pagar multa por não ter realizado homologações junto ao Sindicato.

Trabalhadores do setor Banco do Brasil, que foram desligados em novembro de 2021 e reaproveitados pela Goiás Forte, cuja homologação foi feita sem a conferência do Sindicato, devem entrar em contato com o Departamento Jurídico.

GRABER / ADICIONAL NOTURNO

Finalizado processo contra a Graber Segurança envolvendo correção do pagamento de adicional noturno. O Sindicato está atualizando os cálculos, para saber o valor a ser pago a cada trabalhador.

Aqueles que trabalharam no setor Fiat e estão envolvidos nesse processo devem entrar em contato para informar os dados para depósito.

O Departamento Jurídico do Sindicato atende de 2ª a 6ª, das 8h às 12h, na Sede, localizada no Centro de Belo Horizonte. Informações: (31) 3270-1334.



RECESSO DO JUDICIÁRIO: DE 20 DEZ ATÉ 20 JAN 2024

Conforme a legislação vigente, o Tribunal de Justiça, assim como o Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais estarão em recesso a partir de 20 de dezembro de 2023 até o dia 20 de janeiro de 2024.

Neste período, haverá suspensão do expediente forense, dos prazos processuais, da publicação de acórdãos, sentenças e decisões e da intimação das partes e dos advogados.